

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

Processo nº 171/2020



INSTRUÇÕES AOS INTERESSADOS

A Roraima Energia S.A., leva ao conhecimento dos interessados com base no Licitações-e, que realizará Cotação Eletrônica de Preços, com disputa, em sessão Pública, com vistas à aquisição dos itens constantes no item VII- Objeto, mediante condições estabelecidas neste Edital.

Dessa forma, solicitamos apresentar proposta de fornecimento, conforme condições observadas a seguir:

- I. CRITÉRIO DE JULGAMENTO Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO, por Lote;
- II. NA OFERTA DA PROPOSTA deve estar incluso o valor de todas as taxas e tributos;
- III. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 28/09/2020 às 09h30.
- IV. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/09/2020 às 09h30.
- V. **DISPUTA DA MELHOR PROPOSTA:** 28/09/2020 às 09h45.
- VI. **TEMPO DE DURAÇÃO DA DISPUTA:** À critério do coordenador, acrescido do tempo randômico.
- VII. OBJETO: Aquisição de transformadores de serviço auxiliar 13,8/0,38 KV, incluindo transporte, conforme tabela abaixo:

LOTE 01									
	_			PREÇO ESTIMADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)				
1	Transformador de distribuição aérea; tensão primária 13,8 KV, tensão de saída secundária 380/220V; Potência 75 KVA; Trifásico; Proteção/Convencional. Cód. do Material: 302159	Und.	02	8.290,00	16.580,00				

Nota: O fornecimento do equipamento, ora descrito, segue o padrão do instalado no sistema Roraima. Serão instalados na SE CENTENÁRIO. A empresa fornecedora precisa ter o selo ISO 9000 E ISO 14000;

VIII. DA PROPOSTA DE PREÇOS

VIII.1. Da Dedução da Alíquota de ICMS (Empresas Médio e grande Porte):

- a) Todas as empresas deverão ofertar seus preços e lances considerando a alíquota de ICMS de 17% (dezessete por cento), referente ao Estado de Roraima, bem como o IPI de 0% (zero por cento).
- b) Essa exigência consistirá exclusivamente para fins de julgamento, garantindo a isonomia entre todos os concorrentes.
- c) Do valor final da proposta, para efeito de contrato, será deduzida a diferença de alíquota de ICMS entre o estado de origem e o Estado de Roraima a qual estará discriminada pela licitante no Modelo da Proposta Comercial, Anexo II deste Edital.
- d) Informar na Proposta Comercial, Anexo II deste Edital se é beneficiado com incentivo fiscal quanto ao ICMS, quando for o caso, demonstrando sempre a base legal, caso



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

FIS. Ass.

Processo nº 171/2020

contrário será considerada, no momento da dedução, a alíquota de ICMS do estado discriminado na proposta.

- e) A dedução será feita conforme a seguinte memória de cálculo:
- EMPRESAS COM ICMS DE SAÍDA IGUAL A 7% (SETE POR CENTO):

VALOR FINAL DA PROPOSTA * 0,83 / 0,93 = V. CONTRATAÇÃO.

• EMPRESAS COM ICMS DE SAÍDA IGUAL A 12% (DOZE POR CENTO):

VALOR FINAL DA PROPOSTA * 0,83 / 0,88 = V. CONTRATAÇÃO.

f) Não haverá equalização de ICMS para as licitantes localizadas no Estado de Roraima quando fornecerem material para o próprio Estado de origem visto que não ocorrerá saída de mercadorias. A alíquota interna de 17% do respectivo Estado já estará considerada no valor final da proposta.

NOTA₁:

A Roraima Energia S/A irá considerar, no início da etapa de lances, que todas as empresas participantes estão concorrendo com alíquota de ICMS igual a 17%, não sendo aceita qualquer alegação de desconhecimento desta CONDIÇÃO, estando as participantes sujeitas a assumirem seus próprios equívocos que por ventura possam cometer, ou seja, ao final da etapa de lances/negociação, do preço final das empresas de fora da praça será deduzido o ICMS conforme percentual de seu estado, desde que comprove legalmente que é empresa beneficiada.

VIII.2. Da Dedução da Alíquota de ICMS (ME e EPP, caso optante pelo "SIMPLES"):

- a) No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte de fora do Estado de Roraima, em razão da legislação do ICMS do Estado de Roraima, bem como a fiscalização do Estado em nenhum momento dispensar o recolhimento do diferencial de alíquota quando da aquisição de bens do ativo de outra Unidade de Federação, mesmo que a compra seja efetuada de ME ou EPP, deverá ser obedecida a seguinte sistemática:
- b) Os licitantes da região Sul/Sudeste deverão declarar que em seus preços estão inclusos o percentual de 10% (dez por cento) referente à diferença de alíquota de ICMS.
- c) Os licitantes da região Norte/Nordeste/Centro-Oeste e o Estado do Espírito Santo deverão declarar que em seus preços estão inclusos o percentual de 05% (cinco por cento) referente à diferença de alíquota de ICMS.
- d) Do preço a ser contratado será deduzida o referido percentual, conforme o caso.
- e) A dedução será feita conforme a seguinte memória de cálculo:
 - Empresas enquadradas no subitem VIII.2 "b" deste edital:

VALOR FINAL DA PROPOSTA – 10% = V. CONTRATAÇÃO

• Empresas enquadradas no subitem VIII.2 "c" deste edital:



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE **PRECOS COM DISPUTA**

Processo nº 171/2020

VALOR FINAL DA PROPOSTA - 05% = V. CONTRATAÇÃO.

- Não haverá equalização de ICMS para as licitantes localizadas no Estado de Roraima quando fornecerem material para o próprio Estado de origem visto que não ocorrerá saída de mercadorias.
- q) A declaração à que se refere este item, encontra-se devidamente presente no Modelo da Proposta Comercial, Anexo II deste Edital deste Edital.

NOTA₁:

A Roraima Energia S/A irá considerar, no início da etapa de lances, que todas as ME e EPP estão concorrendo com o percentual exigido neste item, observado cada caso, não sendo aceita qualquer alegação de desconhecimento desta CONDIÇÃO, estando as participantes sujeitas a assumirem seus próprios equívocos que por ventura possam cometer, ou seja, ao final da etapa de lances/negociação, do preço final das empresas de fora da praça será deduzido o percentual declarado no Modelo da Proposta Comercial, Anexo II, ou o correspondente ao estado, quando houver omissão de informação.

NOTA₂:

As ME's e EPP's não optantes pelo Simples Nacional serão enquadradas na regra do subitem VIII.2 acima.

- IX. A Cotação só será homologada pela Roraima Energia S.A, se as propostas ofertadas forem inferiores aos valores estimados para cada item, sob pena de desclassificação da proposta.
- O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias. Caso a proposta tenha validade maior, esta deverá ser informada no campo "informações adicionais".
- A proposta ajustada ao lance final da participante vencedora, as certidões de regularidade XI. junto à Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - abrangendo inclusive as contribuições sociais - INSS) e regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT, bem como bem como Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do último exercício social, exigível e apresentados na forma da Lei, o Contrato Social da empresa e Atestado de Fornecimento deverão ser remetidos para o endereço eletrônico compras@roraimaenergia.com.br, no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados do final da etapa de lances e/ou negociação pelo coordenador.
- XII. O Atestado de Fornecimento deverá ser emitido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove a aptidão da proponente para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste edital.
- As documentações de regularidade fiscal poderão ser substituídas pela Declaração do XIII. SICAF.
- XIV. A proposta e os documentos remetidos por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do coordenador, à Roraima Energia S.A, Departamento de Logística, Suprimentos e Serviços - DFS, situado na Av. Capitão Ene Garcez, nº 691 - Centro, CEP 69.301-160, Boa Vista - RR.
- XV. Prazo de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo pelo gestor do contrato.



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA ENTA ENERGIAS.

Ass.

Ass.

Identificador: BB 835724

Processo nº 171/2020

- XVI. **Prazo de Entrega:** até 30 (trinta) dias CIF Boa Vista, contados da assinatura do instrumento contratual.
- XVII. **Prazo de Vigência:** 75 (setenta e cinco) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- XVIII. **Local de Entrega:** Os materiais/ equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado da Roraima Energia S.A.

RORAIMA ENERGIA S.A.	ENDEREÇO	BAIRRO	CIDADE	UF	СПРЈ
Almoxarifado	Av. Cap. Ene Garcez, 691	Centro	Roraima	RR	02.341.470/0001-44
Suframa 200313266				Insc	crição Municipal 025379-0

Deverá ser observado o horário para recebimento de mercadorias no Almoxarifado da Roraima Energia S/A: das 08h às 11h e 14h às 16h, de segunda a sexta-feira.

- XIX. A CONTRATANTE fiscalizará todo o processo de fornecimento e entrega. Cobrará o melhor padrão de qualidade, podendo recusá-lo, no todo ou em parte, desde que não atenda, rigorosamente, o que foi solicitado.
- XX. Os materiais/ equipamentos serão considerados entregues após inspeção e aprovação pela fiscalização do Departamento de Engenharia, Expansão e Manutenção DTE.
- XXI. **Dos Recursos:** Estão consignados no orçamento de custeio da própria Roraima Energia SA, na classificação contábil:

132|8530|227800|91232999999999|14L0|200009|CAPEX042|0713

XXII. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (Processo 171/2020):

E-mail: compras@roraimaenergia.com.br

Telefone (95) 2121-1432

XXIII. **REFERÊNCIA DE TEMPO**: Para toda referência de tempo será observado o **horário de Brasília – DF.**

Boa Vista/RR, 21 de setembro de 2020.

Marilene Dorigon Costa Autoridade Competente



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

Processo nº 171/2020



ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

RORAIMA ENERGIA

CONTRATO DFS xxxxx/2020

MAE	NERGIA
Fls.	30
8	P
Ass	—— <i>/</i>

Fornecedo	r:
Endereço	Bairro:
Cidade	
Сер	
Fone/ Fax	Email:
Contato	
	Condições Gerais

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$

RORAIMA ENERGIA S.A., concessionaria de serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato n.º 04/2018 – ANEEL, com sede e endereço na Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista/RR, inscrita no CNPJ nº. 02.341.470/0001-44, inscrição estadual nº. 24.007.022-3, doravante denominada CONTRATANTE, e **xxxxxxxxxxxx**, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, inscrição estadual nº. XXXXXXXX, por meio de representante(s) legal (is) no final nomeado(s) e assinado(s), celebram o presente Contrato, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste Contrato a Aquisição de transformadores de serviço auxiliar 13,8/0,38KV, incluindo transporte.
- 1.1.1. O objeto do presente contrato deve ser executado de acordo com o quadro a seguir:

LOTE 01									
				PREÇO ESTIMADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)				
1	Transformador de distribuição aérea; tensão primária 13,8 KV, tensão de saída secundária 380/220V; Potência 75 KVA; Trifásico; Proteção/Convencional. Cód. do Material: 302159	Und.	02	8.290,00	16.580,00				



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

Ass.____

Processo nº 171/2020

CLÁUSULA SEGUNDA

VALOR DO CONTRATO

2.1. A CONTRATANTE deve pagar à CONTRATADA o valor total de **R\$ XXXXX** (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) a ser creditado no Banco XXXXX, Agência: XXXX-X e Conta Corrente: XXXXX, sendo que o recurso financeiro destinado ao pagamento está definido no orçamento da CONTRATANTE, na Requisição de Compra DTE **XXXXX**, Almoxarifado de Investimento IAF-IO

132|8530|227800|91232999999999114L0|200009|CAPEX042|0713

- 2.1.1. Considerar:
- a) ICMS de origem XX%
- b) Frete CIF;
- c) Venda de mercadoria efetuada com alíquota zero para a contribuição para PIS/Pasep e da COFINS Lei 10.996/2004, art. 2°;
- d) O preço será fixo e irreajustável pelo prazo de vigência do contrato, contados da data da proposta.

CLÁUSULA TERCEIRA

PRAZOS

- 3.1. O prazo para entrega do material é de até 30 (trinta) dias CIF Boa Vista, contados da assinatura do instrumento contratual.
- 3.2. O prazo de vigência do contrato será de 75 (setenta e cinco) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA QUARTA

EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 4.1. O Contrato deve ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e condições avençadas, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 4.1.1. A gestão do presente Contrato deve ser realizada pelo Departamento de Engenharia, Expansão e Manutenção DTE, conforme abaixo:

Gestor da Aquisição: Yuri Venâncio Mendonça - **Matrícula**: 80042

E-mail: yuri.mendonca@roraimaenergia.com.br

Fone: (95) 2121 - 1495

Fiscal da Aquisição: Oberti Santos de Oliveira - Matrícula: 99010

E-mail: oberti.oliveira@roraimaenergia.com.br

Fone: (95) 2121 - 1495

- 4.1.2. O material deverá ser entregue no Almoxarifado da CONTRATANTE, sito na Av. Capitão Ene Garcez, n.º 691, Centro, Boa Vista-RR ou em outro local especificado pela CONTRATANTE na cidade de Boa Vista/RR.
- 4.1.3. Deverá ser observado o horário para recebimento de mercadorias no Almoxarifado da CONTRATANTE das 08h às 11h e 14h às 16, de segunda a sexta-feira.
- 4.1.4. Constatando-se qualquer irregularidade e, ou deficiência no fornecimento, será exigida sua substituição no prazo máximo de **até 20** (vinte) dias contados a partir da comunicação da



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

FIS. Ass.

Processo nº 171/2020

CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA todos os ônus decorrentes da retirada e reposição do fornecimento, o que não a exime da aplicação das sanções previstas neste contrato.

- 4.1.5. O transporte dos equipamentos, desde a origem até o destino final, será providenciado pela CONTRATADA, às suas expensas e riscos, dentro de prazos e condições aqui estabelecidos.
- 4.1.6. A CONTRATADA deverá arcar com a responsabilidade de todos os riscos e despesas do fornecimento ou parte do mesmo, incluindo quaisquer perdas ou danos, até o fornecimento ter sido efetivamente colocado à disposição da CONTRATANTE no local de destino indicado.
- 4.1.7. Todas as providências, despesas e ações para o agenciamento de empresas transportadoras, carga no local de origem, **manuseio**, **proteção**, **transporte e a descarga** do objeto desta contratação no local de destino, inclusive a contratação dos seguros necessários, são de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade sobre as mesmas.
- 4.1.8. Deverão ser comunicados à CONTRATANTE, o mais rápido possível, os acidentes ou dificuldades eventualmente ocorridas, que resultem em atrasos de entrega e, ou danos ao fornecimento.
- 4.1.9. O método de embalagem deverá ser tal que garanta a proteção adequada ao fornecimento durante o transporte.
- 4.1.10. A CONTRATADA será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de embalagem inadequada, imprópria, insuficiente ou feita sem os devidos cuidados.
- 4.1.11. Qualquer comunicação pertinente ao Contrato, a ser realizada entre as partes contratantes, deve ocorrer por escrito, preferencialmente nos seguintes e-mails:

E-mail CONTRATANTE - yuri.mendonca@roraimaenergia.com.br

4.1.12. As partes estão obrigadas a comunicarem uma a outra, com 5 (cinco) dias de antecedência, qualquer alteração nos respectivos e-mails. No caso de falha ou problema técnico, as partes devem comunicar, uma a outra, em até 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA QUINTA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:
- 5.1.1 Fornecer os equipamentos dentro do prazo previsto, obedecendo as condições estabelecidas neste Contrato.
- 5.1.2 Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que venham a incidir na execução do contrato;
- 5.1.3 A CONTRATADA **deverá**, no ato da assinatura do instrumento contratual, preencher e encaminhar, juntamente com o contrato:
- a) Anexo I Declaração de informação de Fornecimento DIF.
 - 5.1.3.1 Qualquer dúvida e/ou esclarecimento pertinente ao preenchimento da DIF deve ser encaminhada para o seguinte telefone e e-mail.

Telefone: (95) 2121-1115 / (95)2121-1120 E-mail: tributos@roraimaenergia.com.br



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

FIS. Ass.

Processo nº 171/2020

- 5.2 Constituem obrigações da CONTRATADA relacionadas à *Compliance*:
- 5.2.1 A CONTRATADA se obriga a conhecer, aderir e não violar o código ética e conduta e demais políticas internas da Roraima Energia;
- 5.2.2 A CONTRATADA se obriga a não aceitar ou ser conivente com a prática de trabalho análogo a de escravo, bem como a prática ilegal de emprego de mão de obra infantil, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes;
- 5.2.3 A CONTRATADA se obriga a respeitar a diversidade social, cultural e as diferenças individuais, sem preconceitos e discriminações de qualquer natureza;
- 5.2.4 A CONTRATADA se obriga a não praticar atos que violem a legislação brasileira anticorrupção (lei 12.846/13) e de lavagem de dinheiro (lei 9.613/98), bem como a política anticorrupção da Roraima Energia;
- 5.2.5 A CONTRATADA se obriga a envidar todos os esforços necessários para proteger os dados pessoais e sensíveis de clientes e colaboradores que tenha conhecimento em razão da natureza da contratação, se submetendo integralmente aos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), bem como demais leis e regulamentos em vigor que tratam de proteção de dados;
- 5.2.6 A CONTRATADA se obriga a manter a conformidade e integridade dos seus registros contábeis, demonstrando de forma precisa e completa as transações da sua empresa;
- 5.2.7 A CONTRATADA declara ciência acerca das obrigações de conformidade acima expressas, bem como que a violação de qualquer dos dispositivos implicará no direito da Roraima Energia promover a rescisão deste contrato, sem qualquer ônus ou penalidades, sendo a CONTRATADA responsável por eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA SEXTA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir os termos deste contrato, efetuar o pagamento da fatura no prazo estabelecido neste instrumento contratual.
- 6.2. Supervisionar e fiscalizar o processo de entrega e recebimento dos materiais/ equipamentos e atestar a Nota Fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA

GARANTIA

- 7.1 A CONTRATADA deve dar garantia de 18 (dezoito) meses após a entrada em funcionamento ou 24 (vinte e quatro) a contar do recebimento definitivo do material pelo gestor da contratação, ou o que ocorrer primeiro.
- 7.2 Em caso de devolução dos materiais/ equipamentos, dentro do período de garantia, todos os custos de equipamento e transporte, bem como as despesas para retiradas dos materiais/ equipamentos com deficiência, para inspeção, para entrega e para instalação destes materiais/ equipamentos substituídos, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- 7.3 No caso de substituição, dentro do prazo de garantia, esta será renovada por igual período contado a partir da nova entrega.



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

FIS. ______Ass.___

Processo nº 171/2020

CLÁUSULA OITAVA CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento é condicionado ao recebimento do equipamento/material e deve ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA ao Gestor do Contrato, que deve conter o detalhamento do objeto recebido, o número deste Contrato, a agência bancária e conta corrente na qual deve ser depositado o respectivo pagamento, bem como:
- a) A Nota Fiscal deverá conter as seguintes indicações:
 - ✓ Número da inscrição estadual, CNPJ, razão social e endereço do estabelecimento de destino:
 - ✓ Número do Código Fiscal de Operação CFOP;
 - ✓ Alíquota de ICMS incidente na operação;
 - ✓ Fundamentação legal, quando a base de cálculo do ICMS for diferente do valor total da Nota Fiscal.
- b) Arquivo eletrônico da Nota Fiscal no formato XML, para o e-mail a ser informado pela área gestora.
- c) Notificação de Recebimento de Material NRM
- 8.2 A fatura deverá ser encaminhada ao Gestor do Contrato, no seguinte endereço:

Roraima Energia S.A.

Departamento de Engenharia, Expansão e Manutenção - DTE Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista/RR CEP: 69.301-160

CLF. 09.301-100

8.3 Local para faturamento:

Roraima Energia S/A

CNPJ: 02.341.470/0001-44 Insc. Estadual: 24.007.022-3

SUFRAMA: 200313266

8.4 Das Obrigações Específicas para atender à SUFRAMA:

- a) Nas Autorizações de Compra, quando couber por força da necessidade de internamento de materiais e/ou equipamentos nos estados beneficiados com a suspensão do IPI por serem integrantes de Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental, em que exista sujeição ao controle e fiscalização da SUFRAMA deverá constar o detalhamento das obrigações específicas para tal fim, na forma da legislação pertinente.
- b) Detalhamento das obrigações específicas para atender à SUFRAMA:
 - b.1) A CONTRATADA como Remetente da mercadoria e o **TRANSPORTADOR** na qualidade de preposto do Remetente, deverá seguir os procedimentos contidas no site http://www.suframa.gov.br/servicos.cfm, que regulamenta a operacionalização do ingresso físico da mercadoria nas áreas incentivadas com o "IPI" e o internamento da Nota fiscal na SUFRAMA das mercadoria industrializada nacional, destinada às Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental, as mercadorias ficam obrigatoriamente controladas e fiscalizadas pela SUFRAMA.
 - b.2) A entrada da mercadoria e a formalização do internamento da Nota Fiscal na SUFRAMA, dar-se-ão mediante os seguintes procedimentos:
 - I. Transmissão prévia dos dados dos documentos fiscais, via internet no Sistema de Controle de Mercadoria Nacional SINAL da SUFRAMA;
 - II. Geração do Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional PIN;



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

FIS. ASS.

Processo nº 171/2020

- III. Apresentação de três (3) vias do PIN, 1^a e 5^a vias da nota fiscal e duas (2) vias do conhecimento de transporte para fins de recepção, conferência documental prévia e vistoria da mercadoria ingressada;
- IV. Autenticação ou chancela do PIN pela SUFRAMA pela internet, via SINAL, com a documentação física mencionada no item III;
- V. Análise e conferência documental complementar para verificação e validação dos dados transmitidos pela internet, via SINAL, com a documentação física mencionada no item III;
- VI. Cruzamento de informações e verificação de dados com órgãos fiscais, no caso em que se aplicar;
- b.3) Desta forma, o ingresso físico da mercadoria e o internamento da Nota Fiscal na área incentivada e controlada pela SUFRAMA, só é validado quando a **CONTRATADA** (**Remetente**) e o **TRANSPORTADOR** formalizarem os procedimentos da alínea "b.2", sendo que:
 - I. Antes do envio da Nota Fiscal e da mercadoria a empresa **CONTRATADA** (**Remetente**) passa a ser responsável pela transmissão via internet no Sistema SINAL da SUFRAMA, os dados das notas fiscais. Nesse sentido, deverá efetuar seu cadastro no link <u>- WS SINAL Cadastro de Remetente</u> disponibilizado na página http://www.suframa.gov.br/servicos.cfm;
 - II. O **TRANSPORTADOR** também responde pela transmissão dos dados via internet no Sistema SINAL da SUFRAMA, referentes ao Conhecimento de Transporte e Manifesto das mercadorias. Assim, também deverá realizar seu cadastro no link <u>WS SINAL</u> <u>Cadastro de Transportador</u> disponibilizado na página http://www.suframa.gov.br/servicos.cfm da SUFRAMA;
- b.4) O Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional PIN **fica** sob a responsabilidade da **CONTRATADA (Remetente)** emitente da Nota Fiscal e na qualidade de preposto, o **TRANSPORTADOR** emitente do conhecimento de transporte:
 - I. O PIN é gerado, após a transmissão dos dados via internet da Nota Fiscal e Conhecimento de Transporte no Sistema SINAL da SUFRAMA e deverá ser impresso em três (3) vias.
 - II. Para conclusão da aprovação do PIN gerado no site da SUFRAMA, a CONTRATADA deverá encaminhar por meio eletrônico o arquivo DANFE da Nota Fiscal Eletrônica NF-e à CONTRATANTE para os seguintes e-mail's: luciano.azevedo@roraimaenergia.com.br; vanessa.santos@roraimaenergia.com.br; vanessa.santos@roraimaenergia.com.br;
- b.5) É obrigatória a apresentação das mercadorias no posto de vistoria da SUFRAMA juntamente com o PIN, sendo:
 - I. Obrigação da CONTRATADA (Remetente) e do TRANSPORTADOR apresentar a mercadoria no posto de fiscalização da SUFRAMA para vistoria física e apresentação do "PIN" para chancela da SUFRAMA;
 - II. O **TRANSPORTADOR** apresenta as três (3) vias do PIN junto com a 1º e 5º vias da Nota Fiscal e duas (2) vias do Conhecimento de Transporte para fins de recepção, conferência documental prévia e vistoria física da mercadoria ingressada na Zona Franca e verificação de dados com órgão fiscais, no caso em que se aplicar;
 - III. Após a realização dos procedimentos acima, será devolvida ao usuário **(TRANSPORTADOR)** a 1º via da Nota Fiscal, a respectiva via do Conhecimento de Transporte e duas vias do PIN chancelado pela SUFRAMA, que deverá ser



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

FIS. Ass.

Processo nº 171/2020

apresentada à CONTRATADA para descarregamento da mercadoria;

- IV. A vistoria física de entrada da mercadoria na Amazônia Ocidental (Estados do AM, AC, RO, RR e AP), far-se-á nos postos de controle e fiscalização da SUFRAMA, estabelecidos em Protocolo firmado entre a SUFRAMA e os fiscos estaduais.
- b.6) A Nota Fiscal emitida pela Empresa **CONTRATADA** (**Remetente**), deverá constar obrigatoriamente no corpo da mesma os dados complementares ou adicionais, como:
 - I. Número de inscrição da SUFRAMA da CONTRATANTE (destinatário);
 - II. Indicação expressa da alíquota prevista e do valor do abatimento relativo ao ICMS;
 - III. Dispositivo legal referente a isenção ou suspensão do IPI;
- b.7) No caso de não formalização do processo de ingresso de mercadoria e o internamento da Nota Fiscal de forma indevida, a **CONTRATADA** (Remetente) ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 29, 30 e 31 da Portaria n.º 529 de 28/11/2006, da SUFRAMA;
- b.8) Caso a **CONTRATADA** (Remetente) não tome as providências para a formalização do processo de internamento da Nota Fiscal exigido das Empresas que operam com entrada (venda) de mercadoria nacional nas Áreas de Livre Comércio e Amazônia Ocidental, sujeitas ao controle e fiscalização da SUFRAMA, a **CONTRATANTE** reservase no direito de recusar o recebimento do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato;
- b.9) A **CONTRATADA** responsabiliza-se por exigir que a Empresa Transportadora, responsável pelo transporte do objeto desta Autorização de Compra, em se tratando de mercadoria destinada às Áreas de Livre Comércio e Amazônia Ocidental, faça a transmissão, via internet, dos dados contidos nos Conhecimentos de Transporte ou Manifestos de Cargas, para o banco de dados do Sistema de Controle de Mercadoria Nacional SINAL da SUFRAMA;
- b.10) Responsabilizar-se por ressarcir à **CONTRATANTE**, qualquer valor que a esta seja cobrado, pela SUFRAMA, como penalidade, por descumprimento do que determina a Portaria SUFRAMA n.º529 de 28/11/2006, tanto por parte da **CONTRATADA** quanto por parte do transportador.
- 8.5 O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo pelo gestor do contrato e da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.6 O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do instrumento contratual.
- 8.7 O prazo vigência será de 75 (setenta e cinco) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- 8.7.1 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
- 8.7.2 As faturas que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido devem ser devolvidas à CONTRATADA pela unidade de gestão de contrato da CONTRATANTE para a correção ou substituição. A CONTRATANTE, por meio do gestor de contrato, deve efetuar a devida comunicação à CONTRATADA dentro do prazo fixado para o pagamento. Depois de apresentada a Nota Fiscal/Fatura, com as devidas correções, o prazo previsto no item 8.5 deve começar a correr novamente do seu início, sem que nenhuma atualização ou encargo possa ser imputada à CONTRATANTE.



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

Ass.

Processo nº 171/2020

CLÁUSULA NONA ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

9.1. A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do Contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

- 10.1. O equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ocorrer por meio de:
- a) revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se configure álea econômica extraordinária e extracontratual, sem a necessidade de periodicidade mínima.
- 10.1.1 A revisão deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de comprovação:
- a) dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;
- b) da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e
- c) de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.
- 10.1.2 A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.
- 10.1.3 Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributária em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à CONTRATANTE, reduzindo-se o preço.
- 10.1.4 Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a CONTRATANTE absorverá os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 11.1. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o Contrato.
- 11.1.1. Não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:
- a) a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;
- b) as atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;
- c) a correção de erro material havido no instrumento de Contrato;



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

FIS. Ass.

Processo nº 171/2020

- d) as alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;
- e) as alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados, nas hipóteses dos itens 10.1.3 e 10.1.4 do presente Contrato; e

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

RESCISÃO

- 12.1 O descumprimento de qualquer uma das cláusulas por qualquer parte implicará na rescisão imediata deste contrato, garantida a defesa prévia, não isentando a CONTRATADA de suas responsabilidades referentes ao zelo com informações e dados da CONTRATANTE.
- 12.2 Aqui definimos que, caso alguma das partes viole os termos, o contrato de prestação de serviços é encerrado imediatamente. Entretanto, as obrigações éticas, profissionais e financeiras de cada parte não são desconsideradas.
- 12.3 O Contrato pode ser rescindido pela CONTRATANTE nos casos em que a CONTRATADA for envolvida em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada do Departamento de *Compliance* e Riscos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 A CONTRATADA, garantida a prévia defesa, estará sujeita à multa:
- a) de mora, por atrasos não justificados no prazo de entrega de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela do objeto contratual em atraso, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- b) compensatória, pelo descumprimento total do Contrato, no montante de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 13.1.1 Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o Contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do gestor do Contrato, fundamentada no item 9.1 do presente Contrato.
- 13.1.2 Acaso a multa não cubra os prejuízos causados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil.
- 13.1.3 A multa pode ser descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA em razão do Contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro Contrato havido entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

FORO

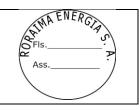
14.1 As partes contratantes elegem o foro da cidade de Boa Vista - RR, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

14.2

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA



Processo nº 171/2020

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em

	Boa Vista/RR,	de	_ de 2020.
Pela CONTRATANTE.			
Pela CONTRATADA.			
Testemunhas:			

ANEXO I DO CONTRATO - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE FORNECIMENTO - DIF

Versão em formato Excel anexo a este arquivo



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA

ASS.

Processo nº 171/2020

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. DADOS DA PROPONENTE:	
-------------------------	--

NOME DA	A EMPRESA		TN	SCRICA	O ESTABILAL.		
	CNPJ: INSCRIÇAO ESTADUAL: ENDEREÇO: CEP						
CIDADE				LEFONE	<u>.</u>		
CONTAT					•		
OBSERVA	ÇÃO: solicitamos a	todos os	narticinan	tes que	ao encaminhare	m suas nr	onostas
	ciem o preenchimento					ii suus pi	opostas
	F				•		
2. PRO	OPOSTA COMERCIAL:						
	or obtational terrorial						
Prezados S	Senhores,						
Após cuida	idoso exame e estudo	do Edita	al referente	à Cotaç	ão Eletrônica n ^o	. 171/2 0	20 , seus
	apensos, com os q						
	de transformadore				/0,38KV, em co	nformidad	e com as
condições	estabelecidas no refe	rido Edit	al e seus Ai	nexos.			
O prazo de	e validade da proposta	a é de 60)(sessenta)	dias, a d	contar da data da	apresenta	ação.
	Descrieño de			\/I	Decembe	VI.	
Item	Descrição do Objeto	Unid.	Quant	VI. Unit	Desconto PIS/Cofins	vı. Total	ICMS
				<u> </u>	1 107 0011110		
Industria	osição dos preços lizados – IPI, bem SEP e COFINS.						
-							
	osição dos preços						
	do Imposto sobre (o de serviços de Tra						
	as operações intere						
	% (quatro por cent						,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
Obrigamos	s também, a fornecer	os servi	ços acima r	elaciona	dos de acordo co	m seus re	spectivos
	s, os quais estão perfe						•
Atenciosan	monto						
Atenciosar	nente,						
Proponent	e						
,							
Accipatura	(c) do(c) roprocenter	to(c) los		·······································			
	(s) do(s) representar endereço, telefax e te				E		



COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS COM DISPUTA



Processo nº 171/2020

ANEXO III - DADOS DA EMPRESA (MODELO)

Importante:

- 1. Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais.
- 2. A falta deste documento não inabilita a proponente, todavia os dados são importantes para a elaboração do termo contratual.

	RG:			CPF:			
	Estado Civil:			Profissão:			
	R	esidência (Domic	ílio)				
Rua / Av.:				lemento:			
Bairro:			Estad	o:	CEP:		
os dados	da em _l	presa para efeito	do evei	ntual de t	ermo co	ntratua	l:
	D	ADOS DA EMPR	ESA				
				Fone/ F	ax:		
CNPJ nº:				Insc. M	unicipal:		
	EN	DEREÇO COMER	CIAL	•			
Rua / Av.:			Comp	emento:			
Bairro:			Estado:		CEP:		
END	EREÇO	D PARA CORRES	PONDÍ	NCIA			
		n.º	Comp	lemento:			
		Município:	Estado:		CEP:		
	D	ADOS BANCÁRI	ios				
a:	Cód	ligo da Agência:	Conta verifica		te n.º	(com	dígit
zo decorre	nte de ,	falsidade de infor	mações	S			ia da
	a: os são de co decorre	a: Cóo os são de nossa o decorrente de	n.º Município: DADOS BANCÁR: a: Código da Agência: os são de nossa inteira responsable decorrente de falsidade de information de	Município: Estado ENDEREÇO PARA CORRESPONDÉ n.º Comp Município: Estado DADOS BANCÁRIOS a: Código da Agência: Conta verifica os são de nossa inteira responsabilidade de informações to decorrente de falsidade de informações	Município: Estado: ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA n.º Complemento: Município: Estado: DADOS BANCÁRIOS a: Código da Agência: Conta Correnverificador): os são de nossa inteira responsabilidade e responsabilidade e responsabilidade de informações.	Município: Estado: CEP: ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA n.º Complemento: Município: Estado: CEP: DADOS BANCÁRIOS Código da Agência: Conta Corrente n.º verificador): os são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, to decorrente de falsidade de informações. de 202	Município: Estado: CEP: ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA n.º Complemento: Município: Estado: CEP: DADOS BANCÁRIOS Conta Corrente n.º (com verificador): os são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na formações. de 2020.